



GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a "violência estatal", a "violência contra a mulher", o "genocídio", os "massacres" e "conflitos no campo", buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

Direitos territoriais e emergências étnicas indígenas no Pará

Autoria: Katiane Silva

É na região conhecida como Planalto Santareno onde vivem os indígenas Munduruku do Planalto, como se denominam, e estão passando por um processo de emergência étnica e enfrentamento ao avanço do agronegócio, representado principalmente pelo cultivo da soja. A área estudada abrange tanto a várzea quanto terra firme, onde vivem 607 pessoas indígenas em quatro aldeias: Açaizal (145), Ipaupixuna (268), São Francisco da Cavada (150) e Amparador (44). A população desenvolve a agricultura, a pesca, criação de animais e prestam serviços nas fazendas nos arredores, caracterizando também pela relação de patronagem. Desde a primeira metade dos anos 2000, os Munduruku vêm organizando um movimento de reconhecimento de sua condição étnica e em 2012 a Funai fez a qualificação preliminar do território. No documento produzido pela instituição foram apresentados os seguintes problemas: assoreamento e contaminação (por agrotóxicos utilizados na soja) do igarapé açaiçal; contaminação e morte de animais; contaminação do ar (pulverização de venenos) pressão de fazendeiros ? ?cercamento das aldeias?; desmatamento pela soja; impedimento da mobilidade social e o direito de ir e vir; assédio para compra de terras; destruição de áreas de sítios arqueológicos; entre outros. Neste work pretendo descobrir, três aspectos principais interconectados: a) regularização fundiária e demarcação de uma Terra Indígena; b) as consequências nocivas do avanço do cultivo da soja à saúde dos indígenas e quilombolas e ao meio ambiente; c) sobreposições territoriais em terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e quilombolas Durante a primeira etapa de campo realizada em junho de 2018, foi possível perceber que a organização e mobilização dos grupos domésticos da região, sejam indígenas ou quilombolas, fazem resistência ao ?projeto colonizador? da Amazônia, que vem se constituindo com base na violência, tanto física quanto simbólica, enquanto elementos constituintes da "domesticação" e exploração da região estudada. Nesse sentido, A questão da delimitação das fronteiras (sociais e burocráticas) e configuração territorial do caso apresentado deixa claro que essas fronteiras não se



reduzem simplesmente às características naturais ou a um programa de desenvolvimento regional, como afirmam alguns representantes dos produtores rurais, mas são determinadas por um corpo de relações que ultrapassam esses muros naturais e estão fundados na mobilidade e na troca de informações, da reputação e alianças, na luta contra os processos de dominação nos âmbitos local e global.



Realização:



Apoio:



Organização:

